

JOSÉ AZEREDO LOPES

Presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)



Carta a Átila a galope nas estepes

Num artigo de opinião em exclusivo para o Diário Económico, o presidente da ERC responde às acusações de Ricardo Costa, director da SIC Notícias, feitas no artigo "Confissões de um bárbaro", publicado na passada sexta-feira no DE.

Há duas semanas, pronunciei-me nas páginas deste jornal, em parte como resposta a um artigo de Ricardo Costa sobre o documento elaborado pela ERC relativo à avaliação do pluralismo político-partidário no serviço público de televisão. Reincido agora perante novo artigo do mesmo, sobre a mesma questão, ficando a promessa de não voltar a ocupar o espaço do "Diário Económico". Uma resposta, sim. Duas, vá lá. Mais, é namoro.

No meu primeiro artigo, entendi que uma intervenção pública se impunha. O mesmo neste, por duas razões.

A primeira, pelo modo como tinha sido (des)qualificada a instituição que represento, rebaixada à condição de instrumento de outrem, a quem a ERC e os seus membros prestariam vassalagem, como amanuenses dóceis e cordatos.

A segunda razão (a principal) relacionava-se com o modo como tinha sido trespido o documento sobre pluralismo acima referenciado.

Sobre o primeiro ponto, estamos vistos.

Para carregar nas tintas, Ricardo Costa associou a ERC e o seu trabalho a Robert Mugabe e a Hugo Chávez. Saiu, portanto, do quadro de uma discussão sensata de ideias e resvalou para o insulto e para o efeito-foguetório com que procurou apimentar argumentos e convicções que, legitimamente, defendeu no espaço público (e por muito que o sound byte tivesse sido eficiente).

Essa não é, a meu ver, uma forma digna de atacar quem quer que seja.

É verdade que, em nova peça, o Director da SIC Notícias vem afirmar: "Eu respeito a ERC e os seus dirigentes". Pela minha parte, agradeço e devolvo. Mas se é assim que debate

ideias com aqueles que respeita, não ousou pensar no standard que aplica a quem não merece o seu respeito.

Estas são, no entanto, questões triviais. Vamos, então, ao que é importante.

Como é sabido, o serviço público de televisão tem sido desde há muito e, nos últimos tempos, com mais intensidade, atacado por não respeitar os seus deveres de pluralismo; por estar governamentalizado; por, numa palavra, não ser isento e, ao contrário, estar mancomunado com interesses alheios a uma informação rigorosa e equitativa. Escusado é insistir que, sendo o ataque dirigido à RTP (como entidade "abstracta"), não deixa de contaminar, directa ou indirectamente, quem lá trabalha e exerce, no dia a dia, a função jornalística.

A ERC, esclareça-se, tem apreciado uma série de queixas que, vindas de diferentes partidos, têm como objecto, justamente, alegadas falhas na divulgação de posições atendíveis nesse plano político-partidário a que está obrigado - por razões evidentes - o serviço público de televisão.

Em alguns casos, a ERC tem reconhecido razão ao queixoso. Noutros, não.

Por conseguinte, quando nas suas "Confissões de um bárbaro" o Director da SIC Notícias invoca, criticamente, uma deliberação sobre uma queixa do Partido Ecologista os Verdes para acorrer em defesa da RTP, o argumento não convence.

Por uma banda, porque (mais uma vez) destaca uma deliberação, sem a integrar no conjunto já vasto de decisões em que a ERC reafirmou a liberdade e autonomia editorial da RTP. Aconselho, por exemplo, uma leitura, que será com certeza atenta, da Deliberação 3-Q/2006, ou, se estiver mais virado para o Partido Ecologista os Verdes, da Deliberação 18-Q/2006. Ambas no site da ERC.

Por outra banda, não deixa de ser enternecedor verificar como o responsável de um "concorrente" da RTP (no seu entender, caladinha porque tem medo) assume as dores do serviço público de televisão. É atitude esdrúxula, mesmo dando de barato a evidente auto-promoção ao papel de lídimo defensor da liberda-

de de imprensa do conjunto dos operadores de televisão.

Mais interessante ainda, justifica e dá o melhor argumento possível em defesa de um modelo de avaliação geral como o que a ERC teve oportunidade de divulgar.

Se não, veja-se.

A avaliação do pluralismo político-partidário no serviço público de televisão permite, justamente, reforçar a autonomia editorial da RTP, porque o juízo de valor sobre o assunto é feito a seis meses, não, apenas, à luz do caso concreto. Estabelece referências quantitativas, e integra-as com uma série de indicadores de natureza qualitativa. Por isso, invocar um caso específico para contestar um modelo de avaliação desta natureza não faz mais do que mostrar como ele é necessário. Esta é, com certeza, uma consequência diametralmente oposta àquela que Ricardo Costa pretendia demonstrar

Veremos depois, com a aplicação do modelo, se os profissionais da RTP ficam peados no exercício da sua actividade; ou se se sentem "condicionados", "pressionados" ou "constrangidos" no exercício da sua nobre função.

Tomando o seu cenário ad terrorem, estou convicto de que não sonharão com o exílio, não pensarão em mudar de profissão, não se resignarão e não terão que partir para as barricadas da defesa da liberdade de imprensa.

Post scriptum. É uma questão de português, sem importância especial, mas que justifica nota. Não afirmei ou declarei que Ricardo Costa não conseguia ler um documento até ao fim. Apenas, que não tinha lido com a devida atenção o documento elaborado pela ERC. São coisas diferentes, pelo que Ricardo Costa não precisava, sequer, de invocar a sua frequência universitária ou a fuga aos professores no terceiro ano da Faculdade (como se isso fosse, ou mérito, ou demérito - fiquei sem saber) para demonstrar capacidades cognitivas próprias. Quanto à expressão "barbaridades", tenham elas vindo de Ricardo Costa (Director da SIC Notícias) ou de Ricardo Costa (agora transfigurado em Átila, o Huno) mantenho, naturalmente, o juízo que expressei, no contexto em que o fiz. ■

Resposta
ao Director
da SIC
Notícias